

POLÍTICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A INFLUÊNCIA DO INSTITUTO MILLENIUM: uma análise dos conteúdos de podcasts

*Gabriel Anderson Calixto de Oliveira
Jani Alves da Silva Moreira
Marina Silveira Bonacazata Santos*

Resumo

A presente pesquisa objetivou analisar as políticas educacionais de formação de professores promovidas pelo Instituto Millenium com ênfase na influência de suas ideias difundidas em conteúdos de *podcasts*, no período de 2019 a 2022. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de análise documental. A pesquisa parte da compreensão da realidade histórica-concreta e das mudanças configuradas no campo político-social e econômico, a fim de analisar as particularidades que determinam as reformas educacionais, a partir da intensificação da relação público-privada na educação brasileira, sobretudo com a reforma empresarial da educação básica pública. Primeiramente, buscou-se compreender o histórico das políticas de formação de professores no Brasil e sua relação com o empresariamento. Em um segundo momento, objetivou-se entender o impacto das *think tanks* na educação pública, para finalmente, elucidar as consequências das ideias propagadas pelo Instituto Millenium para a formação docente, por meio do conteúdo dos *podcasts* selecionados na plataforma *Spotify*, também presente na página eletrônica do Instituto. A pesquisa concluiu que a formação de professores vem sendo comercializada e difundida por recomendações também proferidas por atuação das *think tanks* na educação.

Palavras-chave: políticas educacionais; formação de professores; plataformização; relação público-privada; think tanks.

POLICIES FOR TEACHER TRAINING AND INFLUENCE OF THE MILLENIUM INSTITUTE: an analysis in podcast content

Abstract

This research aimed to analyze the educational policies for teacher training promoted by the Millennium Institute, with an emphasis on the influence of its ideas disseminated in podcast content, from 2019 to 2022. This is a qualitative, bibliographic and document analysis study. The research starts from an understanding of the historical-concrete reality and the changes configured in the political-social and economic field, in order to analyze the particularities that determine educational reforms, from the intensification of the public-private relationship in Brazilian education, especially with the business reform of public basic education. Firstly, we sought to understand the history of teacher training policies in Brazil and their relationship with business. Secondly, the aim was to understand the impact of *think tanks* on public education, and finally to elucidate the consequences of the ideas propagated by the Millenium Institute for teacher training, through the content of the podcasts selected on the Spotify platform, also present on the Institute's website. The research concluded that teacher training has been commercialized and disseminated by recommendations also made by *think tanks* in education.

Keywords: educacional policies; teacher training; platformization; public-private relationship; think tanks.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E INFLUENCIA DEL INSTITUTO MILLENIUM: un análisis de contenidos de podcast

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo analizar las políticas educativas para la formación docente promovidas por el Instituto Milenio, con énfasis en la influencia de sus ideas difundidas en contenidos de podcast, de 2019 a 2022. Se trata de un estudio cualitativo, bibliográfico y de análisis documental. La investigación parte de la comprensión de la realidad histórico-concreta y de los cambios configurados en el campo político-social y económico, para analizar las particularidades que determinan las reformas educativas, a partir de la intensificación de la relación público-privada en la educación brasileña, especialmente con la reforma empresarial de la enseñanza básica pública. En primer lugar, se buscó comprender la historia de las políticas de formación de profesores en Brasil y su relación con la empresarización. En segundo lugar, se buscó comprender el impacto de los think tanks en la educación pública y, por último, dilucidar las consecuencias de las ideas propagadas por el Instituto Millenium para la formación de profesores, a través del contenido de los podcasts seleccionados en la plataforma Spotify, también presente en el sitio web del Instituto. La investigación llegó a la conclusión de que la formación del profesorado se ha comercializado y difundido mediante recomendaciones formuladas también por grupos de reflexión en materia de educación.

Palabras clave: políticas educativas; formación de profesores; plataformización; relación público-privada; tanques de pensamiento.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as políticas para formação de professores proferidas pelo Instituto Millenium, especialmente, em conteúdos de *podcasts*. Trata-se dos resultados de uma pesquisa exploratória, de cunho teórico-bibliográfico e de análise documental, no qual a metodologia adotada incluiu a seleção de conteúdos de *podcasts* publicados na plataforma *Spotify*, entre 2019 e 2022. O tratamento dos dados coletados visou categorizar os conteúdos no que se refere às determinações desse *think tanks* para as políticas de formação de professores. O materialismo histórico-dialético, como referencial epistemológico da investigação, permitiu compreender as políticas educacionais considerando-as como processo que tem influências das relações sociais e de suas ideologias, tendo em vista a compreensão das tensões presentes no processo de enfrentamento e disputa das políticas educacionais. Dessa forma, ao analisar os enunciados e os discursos contidos nos *podcasts* selecionados, buscou-se a compreensão assentada no contexto histórico em que o conteúdo foi produzido e balizado pelas contradições sociais em andamento, a partir das análises mediadas pelas categorias totalidade histórica, contradição e hegemonia (Cury, 1987).

Ao selecionar os conteúdos, buscamos aqueles relacionados ao tema *Políticas para a formação de professores no Brasil*, o qual também se insere no campo acadêmico de estudos das políticas educacionais (Stremel, 2016). Definimos o termo *política* a partir dos estudos de Vieira (2007), que a concebe como o processo de tomada de decisão e implementação de ações para atingir objetivos na sociedade. *Políticas públicas* são consideradas como os planos de ação desenvolvidos por governos para lidar com questões de interesse público, enquanto *políticas educacionais* visam melhorar a qualidade da educação e promover a equidade no acesso. Ao desenvolver a investigação, observamos a necessidade de ampliação dos estudos acerca das políticas para a formação docente, que necessitam de debates mais específicos no campo acadêmico das políticas educacionais, a fim

de abranger temas como formação inicial e continuada, valorização do magistério, financiamento da educação, relação público-privada, avaliação, qualidade educacional e currículo formativo das licenciaturas.

Para dar conta do proposto, o texto apresenta, primeiramente, alguns marcos históricos da formação de professores, no Brasil, no qual consideramos como fundantes para a compreensão da totalidade histórica as contradições e a categoria hegemonia, que engendram o fenômeno investigado. Na sequência, apreendemos a compreensão sobre os *think tanks* e sua presença na área educacional. Posteriormente, discorremos sobre a formação de professores ao analisar o papel do Instituto Millenium, enquanto grupo privado *think tank* que atua na disseminação da lógica do empresariamento na educação, presente em conteúdos de quatro *podcasts* selecionados para a análise.

Salientamos que pesquisas sobre a temática relação público-privada estão em ampliação no campo acadêmico das políticas educacionais. Rikowski (2017) concebe a relação público-privada inserindo-a no fenômeno da privatização da educação, como formas de mercantilização que não se limitam à transferência de serviços para o setor privado, mas permeiam práticas pedagógicas e a produção do conhecimento. Peroni (2020) amplia essa compreensão e apreende a relação público-privada no contexto da ascensão do neoconservadorismo no Brasil, como também a intensificação da reforma do Estado¹ pautada na Pós-Nova Gestão Pública (PNPG). Ela destaca a influência e ação de *think tanks* no processo de formulação de políticas educacionais, confirmando a promoção e disseminação de ideologias que preconizam o mercado como solução para os desafios educacionais, ao mesmo tempo que transformam a educação em negócio lucrativo.

MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Os impasses em torno da formação de professores não são recentes no Brasil. A partir de Saviani (2009) e Tanuri (2000), temos a compreensão de que a preocupação com a adequada formação de professores surgiu em nosso país após a Independência, quando ampliaram-se os debates acerca da instrução popular. Nesse contexto, tivemos a incidência da participação dos colégios jesuítas e aulas régias das reformas pombalinas e, posteriormente, o surgimento das Escolas de Primeiras Letras (1827-1890). Os cursos superiores foram criados a partir de 1808, sem ênfase imediata na formação de professores, que passou a ser aventada apenas em 1827, após a aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras. Segundo Borges, Aquino e Puentes (2012), essa legislação determinou que os professores deveriam ser *treinados* sem investimento financeiro do governo, responsabilizando os docentes pelos custos da sua formação.

¹ Consideramos imprescindível a análise da reforma do aparelho do Estado ocorrida a partir da década de 1990, para a compreensão do processo de formulação das políticas educacionais que ensejaram a intensificação da relação público-privada na educação (Peroni, 2003; Bresser Pereira, 1997). Todavia, este texto traz como especificidade as políticas para a formação de professores e prioriza um recorte de análise, no qual trazemos em tela os marcos históricos dessa política e sua relação com as orientações do Instituto Millenium, a fim de identificar as categorias políticas recomendadas por este *think tanks*. Ao utilizarmos o conceito de Estado Punitivo e Empreendedor do Trabalho (EPET), sobretudo a partir da pós-crise estrutural-financeira de 2008 (Puello-Socarrás, 2021), conceito que aparece mais adiante na última subseção deste artigo, estamos a tratar da nova reconfiguração do papel do Estado diante do ultraneoliberalismo e neoconservadorismo, no qual o Estado não cessou suas reformas. Recomendamos para aprofundamento e compreensão da reforma do aparelho do Estado da década de 1990, os estudos de Moreira e Lara (2012) e Moreira (2015).

Saviani (2009) sintetiza esse processo histórico da formação de professores a partir de seis períodos. O modelo inicial adotado foi o das escolas normais europeias, instauradas nas províncias a partir de 1836. De 1890 a 1932, o autor destaca a reforma paulista de 1890, enriquecendo conteúdos e introduzindo exercícios práticos nas escolas normais. Em 1924, a Associação Brasileira de Educação é fundada, promovendo ideias pedagógicas. O terceiro período (1932-1939) destaca as reformas de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que organizam as escolas normais com ênfase em cultura geral e profissional. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propõe a Escola Nova, baseada nas ideias de John Dewey. O quarto período (1939-1971) eleva os Institutos de Educação ao nível universitário, com a criação da Universidade de São Paulo em 1934. O esquema $3+1$ é estabelecido em 1939, dividindo a formação entre professores para diversas áreas do conhecimento e para o magistério nas escolas normais. Em 1946, o Decreto nº 8.530 (Brasil, 1946) reorganiza o ensino normal em dois ciclos. A Reforma Universitária de 1968 marca o quinto período, com ajustes estruturais sob influência da ditadura civil-militar, favorecendo a tendência liberal tecnicista. O sexto período (1971-1996) substitui a escola normal pela habilitação específica de magistério, modificando o sistema educacional e extinguindo as escolas normais.

Em 1982, ainda segundo os estudos de Saviani (2008; 2009), o projeto Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) representou uma tentativa de reintroduzir a escola normal. Por conseguinte, a década de 1980 foi marcada por movimentos de reforma no curso de pedagogia e licenciaturas, com destaque também para experiências formativas pautadas nas pedagogias progressistas, dentre elas, a pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Com as reformas neoliberais, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital, na América Latina e o Caribe (ALC), um contexto decorrente das medidas econômicas do Consenso de Washington² e da circulação de políticas em âmbito mundial (Oliveira, 2020) foi tomando proporções maiores no setor social, a partir da abertura do mercado internacional, desregulamentação da economia, terceirização e privatização de empresas nacionais. No Brasil, essa efetivação acirrou-se quando foi implantada a reforma do aparelho do Estado, uma vez que as medidas do gerencialismo e do mercado passaram a reger orientações políticas internacionais inspiradas pelas Teorias do Capital Humano³, sendo mediadas por reformas na legislação educacional do país, que passaram a conter na letra da lei as orientações de organismos internacionais e agências *think tanks*; assim, “[...] a teoria do capital humano veio se impondo como a forma de conceber a educação no mundo atual por meio de estratégias discursivas, como discurso hegemônico, bem como por constrangimentos materiais, e que os organismos internacionais têm desenvolvido papel-chave na sua difusão” (Oliveira, 2020, p. 18).

Em 1996, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 (Brasil, 1996), estabeleceu-se esse período como a *década da educação*, permeada de mecanismos de regulação transnacional, ampliação da lógica competitiva e meritocrática, sob o discurso da *qualidade da educação, escola eficaz e boa docência* (Oliveira, 2020, p. 18 e 19). As políticas educacionais receberam contornos nos quais houve a exigência de nível superior para ampliar a formação de professores da educação básica no país. Saviani (2009) denomina o

² Reunião ocorrida em 1989 em Washington, na qual representantes do FMI, Banco Mundial, BID e autoridades do governo norte-americano instituíram a definição de políticas econômicas aos países da América Latina e o Caribe, para a obtenção de empréstimos, a partir do acordo de implementação de dez medidas econômicas de cunho neoliberal, delineadas pelo economista John Williamson (Soares, 2003).

³ De acordo com Sandroni (1985, p. 48), “a Teoria do Capital Humano nos escritos de Theodore William Shultz reforça a ideia de que os indicadores de produtividade ilustram o efeito da educação sobre a capacidade de produzir e aumentar a produtividade econômica dos países, sendo esta a maior contribuição da educação”.

período de 1996 a 2006 como o advento dos *institutos de educação* e das *escolas normais superiores*. Nas últimas duas décadas, as diretrizes curriculares nacionais para formação dos profissionais do magistério da educação básica tiveram mudanças substanciais, principalmente, a partir de três documentos normativos: a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu Conselho Pleno (CP) nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 (Brasil, 2002); a Resolução do CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015 (Brasil, 2015); e a Resolução do CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019). Em 2009, o Decreto nº 6.755 instituiu a Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério. Em 2015, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior foram instituídas e representaram uma nova direção da formação alicerçada na práxis, com a articulação entre teoria e prática, enquanto alicerce do trabalho educativo. Como estabelece o documento no Art. 5º:

[...] processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão (Brasil, 2015, p. 6).

Na atual fase, sobretudo a partir de 2019, em um contexto de ameaças ultraneoliberais, austeridades, regido por um governo de extrema-direita e de discontinuidades das políticas, sobretudo pós-2016 (Oliveira, 2020), o CNE alterou o Art. 22 da Resolução nº 2/2015 (Brasil, 2015), exigindo adequação dos cursos de formação de professores no país. A Resolução nº 2/2019 (Brasil, 2019) estabeleceu as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica. Essa diretriz estabeleceu uma base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica, a qual ficou conhecida como BNC - Formação. Baseado em três eixos - conhecimento, prática e engajamento -, o documento legal propõe uma reestruturação no tempo da formação inicial para os cursos de pedagogia, dividindo o curso em dois anos comuns e um ano de aprofundamento para cada etapa da educação. Essas mudanças se assentam na defesa de atender aos desafios da formação docente, todavia alinham-se a diferentes setores educacionais, tendo como eixo central o alinhamento com a BNCC da educação básica, enquanto estratégia de padronização curricular, standardização dos currículos, transformando as licenciaturas em graduações “[...] simplista e reducionista, em meros cursos preparatórios para os futuros professores implantarem a BNCC-Educação Básica quando estes assumirem a docência” (Diniz-Pereira, 2021, p. 68).

Diante do exposto, elucidamos que os marcos históricos das políticas para formação de professores, em nosso país, demonstram que tais políticas têm sido balizadas por princípios mercadológicos, decorrentes de princípios do gerencialismo da reforma do papel Estado, contidos no currículo formativo, no qual perdura uma visão restrita e pragmática, calcada na epistemologia da prática. Trata-se de um currículo formativo desenhado em um projeto educacional que vem sendo concebido na aprendizagem flexível, denominada “[...] de uma educação instrumental, amparada no chamado conhecimento tácito” Duarte (2003, p. 602), este definido por Schön (2000) como a reflexão na ação. Nas análises de Duarte (2003), a epistemologia da prática tem suas bases em “[...] uma pedagogia que desvaloriza o conhecimento escolar, que não concebe a priorização do conhecimento teórico/científico/acadêmico.” A consequência da permanência e desenvolvimento desse projeto educacional é a perpetuação das desigualdades educacionais, amplamente conduzidas pela intensificação da ação do setor privado na educação pública.

ATUAÇÃO DOS *THINK TANKS* NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O termo *think tanks*, traduzido como *grupo de reflexão*, refere-se a laboratórios de ideias ou centros de pensamento que surgiram no século XIX, nos Estados Unidos e Europa, gerando conhecimento influente em diversas áreas e atuando para desburocratizar práticas institucionais. Os *think tanks* atuam globalmente na divulgação de estudos que consideram relevantes no que denominam de inovação para o mercado. Destacam-se, no Brasil, instituições como Fundação Getúlio Vargas, Fundação Armando Álvares Penteado, Flacso, entre outras que totalizam 11.175 instituições no mundo, conforme se encontra listado no banco de dados TTCSP Think Tank Global (TTCSP, 2024).

No século XXI, os *think tanks* ganharam destaque na América Latina, incluindo o Brasil, atuando em áreas sociais como saúde, defesa, meio ambiente, e especialmente na educação. No Brasil, já estavam presentes desde 1909, sendo notáveis a Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. No campo educacional, essas organizações produzem e disseminam conhecimento e promoção de políticas educacionais. Elas conduzem pesquisas independentes sobre diversos temas e se definem como colaboradoras de órgãos governamentais, ONGs e instituições acadêmicas. Ademais, organizam eventos e colaboram internacionalmente para implementar as chamadas boas práticas. Diversos *think tanks* brasileiros, como a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, CIPPEC, Todos pela Educação e IPEA, desempenham papéis específicos na educação, abordando temas como desempenho escolar, financiamento, crise de aprendizagem, qualidade educacional e acesso à educação. Dentre esses grupos, destaca-se o Instituto Millenium (IMIL), criado em 2006, que se conceitua como promotor da democracia, da economia de mercado e Estado de Direito.

A discussão sobre a relação público-privada na educação perpassa a compreensão das entidades privadas e sua influência nas três dimensões da privatização, isto é, a *oferta educacional*, a privatização da *gestão da educação pública* e a privatização do *currículo escolar* (Adrião, 2022). A implantação desses modelos gera uma disputa ideológica e também financeira entre esfera pública e privada. A privatização educacional, mesmo sem mudança de propriedade, transforma o ensino em um *braço* do capitalismo. Redes entre *think tanks* e o papel do empresariado na promoção de ideias para influenciar e formular políticas educacionais são evidentes e crescentes na atualidade.

Essas redes, muitas vezes internacionais, propiciam a disseminação de ideias alinhadas ao ultraneoliberalismo e neoconservadorismo. O impacto direto dos *think tanks* é notável, pois molda debates e direciona políticas para descentralização, maior participação privada e introdução de mecanismos de mercado na educação brasileira, com suas visões plurais, instrumentais e de alinhamento às proposições econômicas que regulamentam o mercado.

INFLUÊNCIA DO INSTITUTO MILLENIUM (IMIL): EM FOCO A ANÁLISE DE PODCASTS SOBRE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

Ao compreender a formação de professores, buscamos também analisar o papel de grupos privados, como os *think tanks*, na disseminação e disputa pela implantação de políticas que favoreçam a lógica do empresariamento na educação, sobretudo, desde o contexto da reforma do papel do Estado, na introdução de medidas do gerencialismo na educação pública, que recomenda uma redução do papel do Estado, que de executor ou prestador de serviço torna-se promotor dos

serviços sociais e, mais adiante, principalmente pós-crise financeira de 2008, um empreendedor (Moreira, Lara, 2012; Moreira, 2015; Puello-Socarrás, 2021).

Focamos nossa atenção no IMIL a partir da análise de descrições contidas em seu portal eletrônico⁴. O grupo se considera uma associação civil sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, fundado em 2005, pela economista Patrícia Carlos de Andrade, primeiramente intitulado como Instituto da Realidade Nacional, lançado oficialmente em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre/RS. O grupo se reconhece como uma entidade que “[...] defende interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que se pautam no desenvolvimento do país” (Instituto Millenium, 2023, *on-line*), propondo trazer a sociedade para o centro dos debates sobre políticas públicas, com embasamento em dados e estudos, a fim de encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais do Brasil. Além do mais, ancora-se em pautas como o progresso ambiental, futuro das cidades, crescimento econômico, mobilidade social, tecnologias emergentes e agilidade institucional. Possui em sua página eletrônica a informação de uma ampla participação de especialistas consultores, que promovem opiniões na forma de textos, consultorias técnicas e desenvolvimento de conteúdos em *podcast* e na TV Millenium.

Atualmente, em seu portal eletrônico, o instituto possui o seguinte destaque: “Um *think tank* para acelerar o progresso do Brasil por meio da liberdade” (Instituto Millenium, 2023, *on-line*), destacando a liderança para uma mudança em direção a uma sociedade aberta, livre, próspera e justa, baseada em valores democráticos, economia de mercado e Estado de Direito.

O instituto define que sua missão é promover a convergência das lideranças brasileiras em torno de uma agenda de instituições e soluções da sociedade aberta, e sua visão em se tornar o principal *think tank* do país, produzindo conhecimento, pesquisa e *advocacy*, apoiados sobre os princípios de liberdade e justiça, progresso e prosperidade. Além disso, em seu contexto atual, busca promover a convergência política entre líderes públicos e privados em torno da sociedade aberta no Brasil, atualizando essa agenda de acordo com os novos desafios globais, defendendo a democracia liberal, a partir do princípio de que a união e o diálogo entre lideranças de diferentes setores é fundamental para a construção de soluções efetivas aos grandes problemas do país, em correlação com a agenda da abundância⁵ (Instituto Millenium, 2023, *on-line*).

A referida agenda propõe uma visão política, econômica e social que busca superar a crise da escassez e o alto custo de vida em democracias contemporâneas, promovendo crescimento e inovação. Desse modo, o IMIL visa atrair uma ampla coalizão de diferentes linhas ideológicas, a partir de uma agenda atraente para uma população de brasileiros preocupados com o futuro do país e do mundo. Para o grupo, a Agenda da Abundância pode ser uma abordagem estratégica e diferencial, capaz de conectar seus produtos com as demandas atuais da sociedade (Instituto Millenium, 2023, *on-line*).

Na pesquisa, escolhemos a análise de *podcasts* por considerar que são programas de áudio que consistem em gravação de comunicação, que pode ser ouvida em qualquer momento, em diversos equipamentos, como celulares, computadores, tablets, entre outros, com alto índice de alcance e por meio de diversos aplicativos gratuitos ou pagos. Atualmente, também são considerados ferramentas de ensino, possuem amplo alcance com compartilhamentos e podem gerar monetização. Ademais, são denominados de *programas de rádio* que podem ser ouvidos pela

⁴ Nos referimos ao portal: <https://institutomillenium.org.br/>.

⁵ Trata-se de uma atual corrente doutrinária da Administração Pública que foi disseminada por seus precursores Jerusalem Densas, Dereck Thompson, Eli Dourado, Ezra Klein, Tamara Winter, que visa desenvolver soluções para o progresso, inovação e crescimento econômico no mundo, por meio da desburocratização, governança e cooperativismo.

Internet (Sebrae, 2024). Recente pesquisa, desenvolvida em 2023, pelo co-CEO Tom Webster, intitulada *The Medium Moves the Message*, revelou que “[...] o público jovem do *podcasting* está crescendo, é diferenciado em seus hábitos de escuta e que a publicidade em *podcasts* oferece ‘novos consumidores líquidos’”. O alcance da escuta de *podcast* entre a faixa etária de 18 a 34 anos é maior do que comparado ao alcance de Rádio e TV (CastNews, 2024, *on-line*).

Em especial, elencamos para análise os *podcasts* e seus conteúdos que abordam o tema educação e que, de alguma forma, comentam e disseminam concepções para a formação de professores no país. Na plataforma *Spotify*, os *podcasts* produzidos pelos especialistas do Instituto Millenium começaram a ser divulgados em 28 de agosto de 2019, autodefinindo-se como “[...] uma base de inteligência confiável que reúne informações e propõe questionamentos para você decidir os seus próprios caminhos. Somos um lugar seguro em meio a incertezas” (Spotify Instituto Millenium, 2023).

No primeiro *podcast* analisado, intitulado *Por que a educação vai tão mal?*⁶, a fala centrou-se na abordagem sobre a análise do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2019, destacando os desafios da educação no Brasil. O convidado foi questionado sobre o diagnóstico e resultados do PISA e, dentre os conteúdos abordados por ele, selecionamos os enunciados expostos no quadro 1 e categorizamos as recomendações políticas presentes no conteúdo:

Quadro 1: Podcast “Por que a educação vai tão mal?”

Ideias presentes nos enunciados	Categorias políticas
A precariedade na educação pública não resulta da falta de investimentos, mas da má gestão, comparando instituições privadas que, mesmo com menor investimento, têm maior eficiência, conforme dados do PISA.	Otimização e racionalização de gastos Gestão eficiente Eficácia
A falta de atenção à Educação Básica é destacada como um problema, pois o investimento excessivo no ensino superior favorece a expansão da relação público-privada, transformando a educação em uma mercadoria de massa.	Focalização
O investimento de cerca de 6% do PIB em educação e os índices do PISA insatisfatórios, especialmente em matemática. Países com menor investimento, como o México, superam o Brasil nas avaliações (Spotify IMIL – Porque a educação..., 2019).	Otimização e racionalização de gastos Gestão eficiente Benchmarking/Boas práticas

⁶ Neste *podcast*, o Instituto convida um profissional graduado em comunicação social pela Universidade Anhembi Morumbi, mestrando em administração e gestão pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), sócio-diretor da Chicago Boys Investimentos. O entrevistado escreve artigos de política econômica, além de trabalhar com assessoria de imprensa, comunicação estratégica e relações públicas. Atuou no mercado siderúrgico, no varejo, no mercado financeiro, em telecomunicações e em campanhas políticas. É integrante dos conselhos de economia e investimentos em inovação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CJE/FIESP) (IML – Especialistas, 2023, *on-line*).

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

A análise demonstra uma ausência da perspectiva de que nossos problemas estão ancorados em questões sociais mais amplas, como desigualdade socioeconômica e políticas públicas. Portanto, permanece uma hegemonia que se refere à dominação de certos interesses sobre outros, que evidencia a influência do setor privado nas políticas educacionais, como também a discrepância entre o alto investimento e os resultados insatisfatórios, indicando a necessidade da eficácia das políticas educacionais. O conceito de eficiência escolar destaca a necessidade de gestão eficaz de recursos para alcançar objetivos educacionais com menores custos.

No segundo *podcast*, intitulado *Impacto do Coronavírus na Educação*⁷, tratou-se das deficiências da resposta educacional à pandemia. A falta de planejamento, treinamento e acessibilidade digital nas escolas públicas expôs fragilidades estruturais e organizacionais, evidenciando desigualdades existentes. Assim, apresentamos no quadro 2 os enunciados e as categorias políticas recomendadas no conteúdo proferido:

Quadro 2: Podcast *Impacto do Coronavírus na Educação*

Ideias presentes nos enunciados	Categorias políticas
O impacto abrangente da pandemia revela desafios como desigualdade digital, desemprego tecnológico e preocupações com privacidade. Destaca a importância das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDICs) na educação, apontando para a necessidade de repensar o papel do professor diante da revolução digital.	Competências digitais
A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do documento BNC-Formação para professores são avanços, mas há destaque para a urgência de promoção da alfabetização digital.	Competências digitais
A necessidade de repensar o ensino, abandonando métodos tradicionais em prol de abordagens mais ativas. As metodologias ativas impactam diretamente o trabalho docente, exigindo adaptação e reflexão contínua.	Competências digitais Inovação Responsabilização docente
A necessidade de uma formação contínua de qualidade para os profissionais docentes.	Qualidade Responsabilização docente

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

A recomendação política centrada nas categorias competências digitais, responsabilização docente e qualidade demonstram a ideia de que o domínio das tecnologias digitais pelo professor traz avanços na qualidade educacional, bem como atribui certa responsabilização pela crise e fracasso escolar ao professor que não teria o domínio dos avanços tecnológicos e daquele que não faz uso de inovações e de metodologias ativas de ensino. Essa interpretação não é nova na história da formação de professores no Brasil e, outra vez, ancora-se na epistemologia da prática, já abordada neste texto. No entanto, revela uma das faces da tragédia docente, explicitada por

⁷ Refere-se à entrevista concedida por Claudia Costin, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Shiroma et al. (2017), segundo as quais, na lógica da reestruturação produtiva do capital, a ideia de responsabilização e conversão docente dissemina a narrativa de que muitos dos obstáculos enfrentados na educação e na escolarização dos alunos se explicavam pela ausência de profissionalismo ou de incorporação de novas tecnologias na prática de ensino. Trata-se de uma racionalidade que oculta o real sentido do fracasso escolar, das desigualdades sociais e educacionais e que faz perdurar a imposição ideológica de que a falta de qualidade da formação docente justifica a crise de aprendizagem, “[...] o desemprego estrutural e as relações de exploração em que se encontra a classe trabalhadora” (Shiroma et al., 2017, p. 35).

O terceiro *podcast*, *O Trabalho da Liderança nas Escolas (LNE)*⁸, focou a abordagem sobre a importância de preparar os jovens para enfrentar desafios futuros a partir do empreendedorismo, especialmente diante da automação do trabalho. Nessa acepção, o entrevistado destacou o papel do LNE em canais de comunicação, como o *YouTube* e seus Webinários que abordam liderança e empreendedorismo. No conteúdo proferido destacamos:

Quadro 3: Podcast O Trabalho da Liderança nas Escolas (LNE)

Ideias presentes nos enunciados	Categorias políticas
O currículo se concentra em <i>Soft Skills</i> e gestão de projetos, alinhando-se aos currículos estaduais.	Pragmatismo Epistemologia da prática Habilidades Competências
A Ênfase na automação e na educação empreendedora como visão progressista, promoção de valores, competências e habilidades.	Empreendedorismo Competências

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

Diante da recorrente lógica do empreendedorismo a partir das competências gerais e específicas e habilidades previstas na atual base nacional comum curricular, recorreremos às análises de Puello-Socarrás (2021), que nos auxilia a perceber e entender a contradição presente no empreendedorismo, que se expressa nas medidas econômicas da mão invisível do mercado, mediante o contexto de um estado punitivo e empreendedor do trabalho (EPET), uma vez que promove o empreendedorismo, mas mantém estruturas punitivas para o trabalhador, as quais perpetuam as desigualdades. Integrar esse entendimento na formação de professores e em programas educacionais pode capacitar jovens a não compreenderem as reais origens de sua desigualdade de classe, a não questionar e a não resistir a tais estruturas de manutenção das desigualdades sociais e educacionais, mantendo-os sob o domínio das desigualdades.

No último *podcast* analisado, intitulado *Novos caminhos para avançar a educação no país*⁹, o Instituto Millenium apresenta, a partir de especialistas liberais, um debate que gira em torno de

⁸ Foi o *podcast* com a presença de Giovanni Justino, graduando em Ciências Econômicas e Diretor Executivo do Liderança nas Escolas (LNE), uma organização sem fins lucrativos que visa disseminar valores de liderança e empreendedorismo nas escolas brasileiras, a qual nasceu do movimento liberal "Students for Liberty".

⁹ Esse *podcast* foi apresentado por especialistas liberais, incluindo Anamaria Camargo, mestre em Educação; Leonardo Regazini, professor de Economia e Marcos Ricardo dos Santos, mestre em Economia e Milla Maia, CEO do Instituto Millenium.

temas como *vouchers* educacionais, *homeschooling*, cobrança de mensalidades em universidades públicas e a gestão dos recursos na educação.

Quadro 4: Podcast *Novos caminhos para avançar a educação no país*

Ideias presentes nos enunciados	Categorias políticas
A defesa da liberdade de escolha das famílias, com destaque para a importância de focar no aluno, não no sistema, e ênfase na necessidade de selecionar melhor os candidatos à formação docente.	Conservadorismo Responsabilização docente Qualidade
A defesa da implementação de <i>vouchers</i> educacionais como solução, transferindo a posse dos recursos para os alunos, promovendo competição e melhorando índices de liberdade e equidade.	Otimização e racionalização de gastos Competição/Meritocracia Estandarização
A possibilidade de cobrança de mensalidades em universidades públicas e destaca a importância da competição entre instituições.	Privatização Competição Segregação Desigualdade
A gestão eficiente dos recursos na educação é destacada como essencial, mas deve ser acompanhada por políticas que promovam a equidade e democratização do acesso ao ensino de qualidade para todos.	Gestão eficiente Equidade Qualidade

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

A presença da lógica de otimização e racionalização de gastos vem como justificativa para a implantação de uma gestão eficiente e da eficácia educacional. Pesquisa documental desenvolvida por Moreira (2015) revelou que essas categorias políticas têm sido recorrentes em documentos e eventos internacionais, sobretudo aqueles promovidos pelo Banco Mundial, Unesco e agências internacionais parceiras, desde a década de 1990. Tais categorias têm como pressuposto que a equidade e a qualidade educacional podem ser alcançadas mediante parceria com redes de política, em que a participação de grupos privados na definição das políticas tem sido uma das dimensões de privatização da educação pública, mediante conveniamentos, *vouchers* e *homeschooling*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste texto, destacamos que os marcos históricos da formação de professores no Brasil, desde o predomínio das teorias e métodos tradicionais até modelos baseados em competências, como proposto pela BNCC e BNC-Formação, ainda propiciam a defesa de um ensino e currículo que não contemplam as necessidades educacionais no país e que culpabilizam a formação docente pela crise de aprendizagem instalada historicamente. Apesar de alguns avanços que se concentram na expansão da educação básica e, lentamente, na expansão da formação de professores, estamos a presenciar uma vertiginosa expansão desproporcional de cursos de

licenciaturas EaD, precarizados e de formação acelerada, que já revelam crescimento dos índices de baixa qualidade educacional e de precária formação de professores no país.

A influência do *think tank* IMIL nas políticas para formação docente, analisadas por meio dos conteúdos dos quatro *podcasts*, suscita questões que balizam a promoção da intervenção privada, recomendação ancorada na teoria do capital humano e em mecanismos de regulação transnacional (Oliveira, 2020), seja de grupos educacionais privados, agentes privados nacionais, organismos internacionais ou das famílias. A defesa do instituto por posicionamentos liberais, conveniamentos, *vouchers*, cobrança de mensalidades em universidades públicas suscita preocupações sobre a permanência e crescimento das desigualdades educacionais e sociais.

As categorias políticas evidenciadas nas análises que se destacaram nos conteúdos proferidos nos podcasts foram competências digitais, inovação, responsabilização docente, qualidade, pragmatismo, epistemologia da prática, habilidades, empreendedorismo, conservadorismo, otimização e racionalização de gastos, competição, meritocracia, standardização, privatização, segregação, desigualdade, gestão eficiente e equidade. Com isso, podemos conjecturar que os conteúdos apresentados preceituam que as políticas para a formação de professores trazem soluções, são postas como práticas que devem gerar resultados, visando ao alcance da qualidade educacional, escolas eficazes, docentes responsáveis, mas se ausentam de considerar que essa qualidade começa na igualdade de condições e acesso, na concretização de políticas de formação e valorização de professores que tenham adequadas carreiras, salários dignos e melhores condições físicas e estruturais para desenvolverem seu trabalho educativo e sua carreira profissional.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. *Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990*. Brasília, ANPAE, 2022. Disponível em <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2022/DialogosComProducaoAcademica-2022.pdf>. Acesso em 25 de maio 2024.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 11, n. 42, p. 94–112, 2012.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.530* de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm#:~:text=O%20curso%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20geral,as%20exig%C3%A2ncias%20peculiares%20%C3%A0%20matr%C3%ADcula. Acesso em 26 de setembro 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394* de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Brasília, DF, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 24 de setembro 2023.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1*, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em 25 de setembro 2023.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 25 de setembro 2023.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 25 de setembro 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Cadernos MARE da reforma do Estado. Brasília-DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997, p. 8-17.

CAST NEWS. *O mercado de podcasts em 2023*. 2024. Disponível em <https://www.castnews.com.br/o-mercado-de-podcasts-em-2023>. Acesso em 22 de maio 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura. *Revista Praxis Educacional*. v. 17, n.46, p. 53-71, jul./set.,2021.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 601-625, ago. 2003.

INSTITUTO MILLENIUM. 2023. Disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/>. Acesso em 18 de fevereiro 2023.

INSTITUTO MILLENIUM - *Especialistas*. 2023. Disponível em <https://institutomillennium.org.br/especialistas/>. Acesso em 18 de dezembro 2023.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. *Políticas públicas para a educação infantil (1990-2001)*. Maringá: EDUEM, 2012.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. *Políticas de Financiamento e Gestão da Educação Básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal*. Maringá: EDUEM, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação básica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, e241697, p. 1-17. 2020.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novo neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 27, n. 1, 35–65. 2021.

- RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. *Revista Retratos da escola/Escola de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)*, Brasília, v.11, n.21, jul./dez. 2017.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2008.
- SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SEBRAE. *Podcasts: Explorando o Mundo da Comunicação Digital*. Disponível em <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/podcasts-explorando-o-mundo-da-comunicacao-digital,9ef35de7667ea810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em 22 de fevereiro 2024.
- SHIROMA, Eneida et al. A tragédia docente e suas faces. In: EVANGELISTA, Olinda & SEKI, Allan Kenji (orgs.). *Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2017, p. 17-58.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SPOTIFY. *Instituto Millenium*, 2023. Disponível em https://open.spotify.com/show/5HcTJgS43XQL1064KizgsJ?si=IsEjpbUjTxCXNlbEzWyCA&utm_source=copy-link. Acesso em 14 de abril 2023.
- SPOTIFY IMIL – *Impacto do Coronavírus [...]*, 2020a. Disponível em https://open.spotify.com/episode/26FhKo9XNWMiFUmzjdj3SH?si=MB_c8xjOOgmKNWIZgSrfig&utm_source=copy-link. Acesso em 15 de novembro 2023.
- SPOTIFY IMIL – *O Trabalho da Liderança [...]*, 2020b. Disponível em https://open.spotify.com/episode/2Ue7RzKvYnTiwF5FZZprG?si=RJfBJ3PdRAyAEzO6McBRHQ&utm_source=copy-link. Acesso em 20 de novembro 2023.
- SPOTIFY IMIL – *Novos caminhos para avançar [...]*, 2022. Disponível em https://open.spotify.com/episode/0P00C4WpdqUcZ6ojKt50HE?si=5m4Yx-ioRiukzsZQAbDY0Q&utm_source=copy-link. Acesso em 25 de novembro 2023.
- SPOTIFY IMIL – *Porque a educação [...]* 2019. Disponível em https://open.spotify.com/episode/53ouH4csOa35daWjNm8Q9X?si=ga3rzOgdTYuDD8ySNfZ-GQ&utm_source=copy-link. Acesso em 10 nov. 2023.
- STREMEL, Silvana. *A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil*. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Rev. Bras. Educ.*, [s.I], n.14, p. 61-88. 2000.
- TTCS. TTCS Global Go To Think Tank Index Reports. 2024. Disponível em https://repository.upenn.edu/exhibits/orgunit/think_tanks. Acesso em 22 maio 2024.
- VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisando conceitos simples. *Revista Brasileira de política e administração da educação*. v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr., 2007.

Submetido em maio de 2024
Aprovado em setembro de 2024

Informações das autoras

Gabriel Anderson Calixto de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: gabriel.andersoncalixto@outlook.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2691-772X>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6982686614077514>

Jani Alves da Silva Moreira
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: jasmoreira@uem.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3008-0887>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8162047783765424>

Marina Silveira Bonacazata Santos
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: marinabonacazata@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4570-2164>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1369137675849065>